

jornal fêmea



ESPECIAL

Centro Feminista de Estudos e Assessoria • Ano XIV • Nº 173 • Brasília/DF • Julho – Dezembro • 2012
SCS Quadra 02, Bloco C, Sala 602 • Ed. Goiás • CEP 70317-900 • Brasília/DF



Apenas começamos!

Em 2012, comemoramos 80 anos de voto feminino, 20 anos de Jornal Fêmea e o cumprimento inédito das cotas femininas nas eleições. Somos cada vez mais na luta contra o patriarcado, o racismo e o capital!

Fêmea: 20 anos de luta por uma comunicação feminista!

Por Guacira César de Oliveira

Este jornal feminista está em circulação há 20 anos! Desde o início, mantivemos o compromisso com a luta das mulheres, a busca da sintonia fina com os nossos movimentos e o cuidado com o vínculo afetivo estabelecido com você que é noss@* leitor@.

Folheando a coleção do **Fêmea**, desde a sua primeira edição (em fevereiro de 1992), revimos a nossa contribuição para o fortalecimento do movimento de mulheres e feminista brasileiro. Bem antes de termos disponível e sob nosso domínio as condições técnicas oferecidas pela internet, muito antes dos *Orkut*s e *Facebook*s, o princípio da horizontalidade que orienta o feminismo já norteava a nossa prática política de trabalho em rede de movimentos.

Quando criamos esse veículo, estávamos cientes de que informação é poder. Queríamos democratizar a informação, não só em termos do acesso, mas também da sua produção, por meio da veiculação dos saberes e conteúdos que nós mulheres enunciamos como questão, como problema, como perspectiva ou como alternativa. Desde então, neste modesto veículo de comunicação feminista, costumamos vocalizar o que ainda não encontra eco na sociedade e suas instituições. Veiculamos questões carregadas de relações desiguais de poder, sobre territórios políticos em disputa.

Por isso, ao completar nosso vigésimo ano, o **Fêmea** aproveita para celebrar a ousadia das mulheres jovens nas últimas eleições municipais. Saiba "leitor@" que das 1.788 candidaturas da juventude (entre 18 e 20 anos de idade) para as Câmaras de Vereador@s, 1.065 foram de mulheres jovens, ou seja, 59,6%. Uma disposição política que merece ser aplaudida, inclusive pelo ineditismo do fato político que produziu. E também pelo peito de enfrentar os poderosos mecanismos antidemocráticos que garantem que o poder fique sempre nas mãos de quem já está lá: homens, adultos, idosos, brancos e proprietários. Agora está reverberando mais forte: o lugar das mulheres também é na política, também é no poder!

Contudo, a inércia dos resultados eleitorais é um escândalo! Se o maior avanço nestas eleições foi o aumento das candidaturas femininas (finalmente, alcançou-se o percentual de 30%, previsto em lei), o maior retrocesso é, sem dúvida, o recrudescimento das forças do

poder patriarcal e conservador contra as exigências do movimento de mulheres e feminista e as demandas da sociedade por direitos.

Tal atraso se evidencia na contradição entre o grande crescimento das candidaturas de mulheres e o pequeno aumento no número de vereadoras eleitas. Se as candidatas às Câmaras Municipais aumentaram em 10,5%, as eleitas cresceram apenas 1,2% desde 2008.

Outra evidência, menos quantificável, mas bastante perceptível, diz respeito à ocupação do debate público pelos conservadorismos religiosos e outras forças antidireitos. Estes poderes religiosos participaram das campanhas eleitorais sedentos de poder político. Ainda que se concentrassem em alguns partidos, estiveram presentes em quase todas as agremiações e avançaram agressivamente, especialmente pelos diversos meios de comunicação (rádios e TVs) dos quais suas igrejas são concessionárias. O principal ataque foi contra o princípio da laicidade do Estado, que defende a separação entre Estado e Religião.

E o que isso tem a ver com os direitos das mulheres? Tudo! Essas forças conservadoras e fundamentalistas podem até divergir em alguns aspectos, mas, quando se trata das mulheres, a convergência é certa contra o livre exercício da nossa sexualidade, contra nossos direitos reprodutivos e para nos manter nos lugares tradicionais de submissão pela divisão sexual do trabalho e dependência econômica.

Finalmente, ao completarmos 20 anos de existência, a equipe do **Fêmea** aproveita para certificar noss@s leitor@s que estamos com disposição política renovada. Chegamos em 2013 com vontade para seguir resistindo aos retrocessos que ameaçam as conquistas das lutas feministas e antirracistas e para contribuir com nossas forças no avanço da efetivação de novos direitos e na construção de alternativas, para um futuro onde tod@s tenhamos futuro.

Até o ano que vem. Boas festas e feliz ano novo para todo mundo!

** Nesta publicação, usamos o símbolo @ para o feminino e masculino, quando falamos dos dois sexos. Exemplo: candidat@ significa candidata mulher ou candidato homem.*

Créditos fotográficos: Júlia Zamboni (capa) e Rayane Noronha (página 16)



SCS, Quadra 2, Bloco C, Sala 602, Ed. Goiás
CEP 70317-900 • Brasília-DF
Telefax: 55+(61) 3224-1791

Endereço eletrônico:
imprensa@cfemea.org.br
Site: <http://www.cfemea.org.br>

Conselho Deliberativo:
Eliana Graça, Gilda Cabral,
Iáris Ramalho Cortês e Zuleide Araújo.

Conselho Fiscal:
Ivônio Barros, Elaine Marinho Faria, Eneida Vinhaes Dultra,
Mônica Ferreira Gaspar de Oliveira.

Colegiado de Gestão:
Guacira César de Oliveira, Mirla de Oliveira Maciel e Nina Madsen.

Demais integrantes da equipe:
Adriano Fernandez Cavalcante, Francisco Rodrigues,
Jolúzia Batista, Juliano Alessandro Lopes Barbosa,
Kauara Rodrigues Dias Ferreira, Leila Rebouças,
Luana Natiele Basílio, Mel Bleil Gallo, Priscilla Caroline Brito.

Jornalista Responsável:
Mel Bleil Gallo

Parcerias: Fundação Heinrich Böll, Fundação Ford,
ONU Mulheres.

Apoio: FLOW - Funding Leadership and Opportunities for Women
Dutch Development Cooperation Ministry of Foreign Affairs

Projeto gráfico: Faro Brasil

Diagramação: Ars Ventura Imagem & Comunicação

Impressão: Gráfica Brasil

Tiragem: 13.000 exemplares

Depois de dez anos, o fim do Orçamento Mulher

Por Gilda Cabral e Priscilla Brito

A partir de 2013, parlamentares e sociedade ficarão totalmente dependentes do Governo Federal para ter acesso a informações sobre o Orçamento da União. No mesmo ano da publicação da Lei de Acesso à Informação Pública (lei nº 12.527/2012), o Governo atua no sentido de decidir sozinho sobre os recursos públicos, com autonomia frente à população. Essa manobra tem como efeito colateral o sacrifício da transparência e do controle feito pela sociedade civil. Para nós, significa o fim do Orçamento Mulher.

No Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, que define o planejamento orçamentário governamental para quatro anos, já houve uma grande agregação dos Programas. Em vez de serem orientados para a resolução de problemas específicos, os programas passaram a ser grandes guarda-chuvas, que se confundem com a área de atuação do ministério responsável.

Um programa no Orçamento Público deve solucionar um problema ou demanda da sociedade e junto a ele devem ser estabelecidos indicadores, metas e previsão de gastos para monitoramento e análise dos seus resultados.

O Ministério da Saúde, por exemplo, passou a ter como único programa temático o de número 2015, intitulado “Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)”. A partir do novo PPA, os antigos programas viraram objetivos, que por sua vez não têm correspondência na Lei Orçamentária Anual (LOA), o que impede que cada ação seja acompanhada individualmente.

Assim como ocorreu com os programas temáticos dos ministérios, as ações orçamentárias também foram aglutinadas, de modo a formar ações com enunciados mais gerais que impedem uma identificação clara daquilo a que se referem. Trata-se de uma mudança que dá mais autonomia aos gestores dos órgãos públicos, que passam a ter mais liberdade para remanejar recursos para diferentes finalidades. Por outro lado, torna impossível o nosso acompanhamento do que é feito pelo Governo com os recursos públicos.

Para tentar detalhar um pouco mais as ações, o Ministério do Planejamento sugeriu aos ministérios e demais órgãos a criação de Planos Orçamentários (POs). Esse mecanismo tem vários problemas em termos de transparência de informações. O primeiro é seu caráter facultativo: os ministérios não têm obrigação de apresentar Planos Orçamentários e, consequentemente, raríssimos o fazem. Além disso, é possível alterar o Plano ao longo da execução do orçamento, bastando uma autorização da Secretaria de Orçamento Federal (SOF). Por não fazerem parte da Lei Orçamentária Anual, nenhuma mudança exige discussão com a sociedade ou aprovação no Congresso. O poder é todo do Executivo.

A própria LOA deve sofrer uma série de alterações em sua metodologia, encaminhadas pelo Governo no Projeto de Lei Orçamentária Anual 2013, ao Congresso Nacional no final de agosto. Essas alterações refletem ainda mais a intenção de generalizar o orçamento, o que impede um acompanhamento real das ações em andamento.

Na prática, os parlamentares federais estão abdicando de decidir e monitorar os recursos públicos, e assim prejudicam a sociedade como um todo. A pergunta que fazemos é se

a Lei Orçamentária ainda vale alguma coisa ou se é uma mera formalidade, um cheque em branco do Legislativo para o Executivo. Nesse quadro, o controle social exercido pela sociedade e pelos movimentos sociais, que há décadas vêm investindo nessa área, é o maior prejudicado.

Histórico

Para os movimentos de mulheres e feminista, atuar no campo das finanças públicas e no monitoramento dos recursos destinados às políticas para as mulheres permitiu uma educação política de significado maior. Foi monitorando o gasto público que os movimentos de mulheres se apoderaram de informações importantes para sua incidência no campo das políticas públicas, passando a propor ações governamentais concretas. Essa atuação contribuiu para o entendimento de que as políticas públicas são um direito nosso, e não apenas uma decisão técnica do governo.

Até hoje, o Brasil era o único país do mundo com atuação nos orçamentos sensíveis a gênero, com acompanhamento diário feito através de dados oficiais da execução dos recursos, e ainda com acesso amplo e gratuito pelo portal do orçamento no Senado, o Siga Brasil. Agora, conquistas como o aumento do orçamento para as políticas da igualdade, promovidas tanto pela Secretaria de Políticas para as Mulheres quanto por outros Ministérios, e o fortalecimento da Bancada Feminina na Câmara d@s Deputad@s na discussão sobre os recursos destinados a políticas para as mulheres, estão seriamente ameaçadas a partir dessa nova metodologia. Nossa dura realidade é que, com as decisões tomadas até o momento, o Orçamento Mulher não sobreviverá como historicamente foi idealizado e desenvolvido.

Mulheres nas eleições 2012 e o mantra da sub-representação parlamentar

Por Patrícia Rangel

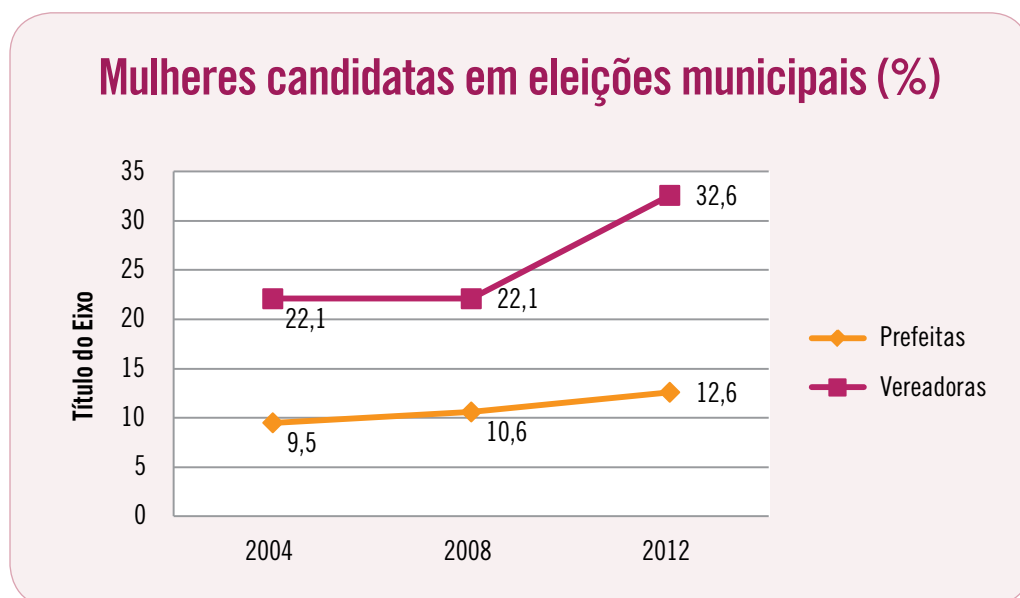
“Mulheres não se interessam por política”. Este tem sido o mantra entoado pelos partidos políticos nas últimas duas décadas para justificar o fato de não preencherem o mínimo de candidaturas (ou “cota”) de mulheres estabelecido pelas leis eleitorais de 1995, 1997 e 2009¹, mecanismo criado como um remédio aos males da sub-representação parlamentar das mulheres.

Quando os debates em torno da criação de um mecanismo de discriminação positiva para mulheres nas eleições brasileiras se iniciaram, no início da década de 1990, os líderes partidários desenvolveram o mantra para justificar seu desacordo. Segundo eles, as cotas não poderiam ser preenchidas exclusivamente por culpa das mulheres que, afinal de contas, “não davam a mínima para a política institucional”.

Os movimentos feministas e mulheres de partidos políticos mostraram que esse mantra era uma grande falácia e que a sub-representação parlamentar de mulheres não era fruto da falta de interesse por parte delas, e sim o resultado de um processo cultural e institucional muito complexo. Portanto, as cotas eleitorais eram necessárias para combater este quadro.

A cota foi aprovada e sistematicamente violada ao longo de quase 20 anos. Os partidos argumentavam não conseguir cumpri-la, porque era muito difícil encontrar candidatas interessadas. O mantra era repetido à exaustão, desconsiderando que os motivos reais da sub-representação de mulheres e da escassez de candidaturas feministas vão desde fatores culturais até o sistema político, passando pela organização material da sociedade (principalmente, pelo capitalismo e pela divisão sexual do trabalho) e pelo patriarcado racista e heteronormativo, mas são sempre estruturais, ancorados em valores de sistemas ideológicos excludentes.

A falta de vontade política dos partidos figura entre os motivos mais relevantes. Para se ter uma idéia, o percentual de mulheres candidatas a vereadoras nunca havia passado de



22% do total até este ano². Dada a necessidade de torná-la mais eficaz, a cota foi alterada em duas reformas eleitorais neste meio tempo e, hoje, estabelece que “cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo” em eleições proporcionais (cargos de deputad@ federal, deputad@ estadual e vereador/a).

Eis que chega o ano de 2012 e a Justiça Eleitoral passa a cobrar a obrigatoriedade deste mecanismo. Pela primeira vez na história do país, as mulheres foram mais de 30% das candidaturas a um cargo eletivo. Nos 5.564 municípios onde houve votação, as mulheres foram 32,6% do total de 448.413 candidat@s a vereador@ que concorriam às 57.448 cadeiras. Nas eleições anteriores, em 2008 e 2004, as mulheres representavam 22,1% do total de candidat@s a vereador@ (76.670 em 347.333 candidaturas em 2008; 76.555 em 346.419 em 2004).

Houve um crescimento em números absolutos de 69.312 candidaturas femininas e de 10,5 pontos percentuais na presença de mulheres em listas eleitorais.

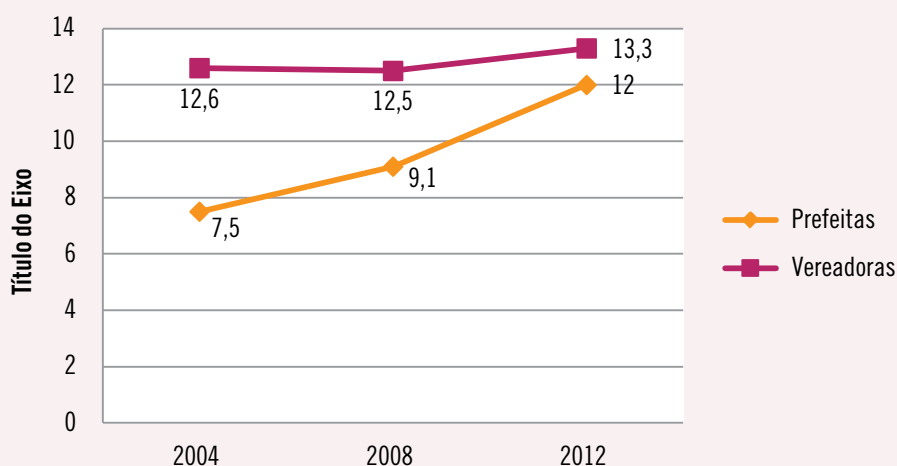
O grande avanço em termos de candidaturas de mulheres ao Legislativo Municipal pode ser explicado pela obrigatoriedade do mecanismo de cota. Já no caso das candidatas a prefeitas, cargo no qual a cota não opera (junto com os outros cargos eleitos por representação majoritária: governador@s, senador@s e president@s da república), as candidaturas foram bem mais tímidas.

Do total de 15.438 candidat@s, elas foram somente 1.938 mulheres candidatas (12,6%). Ainda assim, houve um crescimento absoluto de candidaturas femininas (317 a mais do que em 2008), correspondendo a um crescimento percentual de 2 pontos em termos de candidatas à prefeita.

¹ Leis de número 9.100/95, 9.504/97 e 12.034/09.

² O CFEMEA monitora as candidaturas de mulheres em todas as eleições municipais e federais, sendo que os resultados podem ser encontrados em seu sítio eletrônico (www.cfemea.org.br), na parte “Dados estatísticos” da seção “Poder e Política”.

Mulheres eleitas (%)



Quais foram os desdobramentos deste incremento no percentual de mulheres candidatas após o fim das eleições?

Se o maior avanço nestas eleições foi o fato de, pela primeira vez, as mulheres terem sido mais de 30% das candidaturas a um cargo eletivo, o maior retrocesso foi que esse incremento de candidaturas não se traduziu em mais vereadoras eleitas.

Após o primeiro turno, foram eleitas 7.658 vereadoras, ou 13,3% do total de 57.389 vereador@s eleit@s. Em 2008, foram eleitas 6.508 mulheres (12,5% do total de 51.965). Em 2004, foram eleitas 6.555 mulheres (12,6% do total de 51.800 eleit@s). Um crescimento ínfimo, menor do que um ponto percentual, tanto em relação a 2008 quanto a 2004. Isto indica que, apesar de não terem repetido seu mantra e terem oferecido mais

candidatas este ano, os partidos políticos não ofereceram mulheres com chances reais de eleição.

Vimos que a cota é restrita a cargos escolhidos pelo sistema proporcional. Assim, o crescimento percentual de mulheres prefeitas eleitas em relação à 2008 foi... maior do que o de vereadoras, ao contrário do que seria esperado! No primeiro turno, foram eleitas (ou seguiram para o segundo turno) 671 mulheres, 12% do total de 5.610 nov@s prefeit@s.

Em 2008, foram eleitas 504 mulheres (9,1% do total de eleitos/as) e 5.051 homens (91,9%), totalizando 5.555 eleitos/as: no primeiro turno, foram eleitas 502 prefeitas (9,1%) e 5.022 prefeitos (90,9%), totalizando 5.525 prefeitas/os. O aumento em relação a 2008, portanto, foi de três pontos percentuais. Um crescimento baixo, mas, ainda assim, maior do que o

que foi verificado no caso das vereadoras, que é contemplado pela lei de cotas. Uma grande contradição!

O novo mantra

Certamente, a justificativa dos partidos políticos para o baixo sucesso das candidatas a vereadora seria a entonação de um novo mantra. Em vez de “mulheres não se interessam por política” agora poderia ser algo como “as pessoas não votam em mulheres”. Contudo, acreditamos que o fenômeno se deva ao alto número de candidatas laranja: mulheres sem chances reais de eleição, convocadas pelo partido somente para preencher as cotas. Esta sempre foi uma preocupação do feminismo: que a obrigatoriedade das cotas não alterasse a forma como se faz política eleitoral, mas sim fosse limitada ao aspecto formal e numérico, incluindo mulheres “só para constar”.

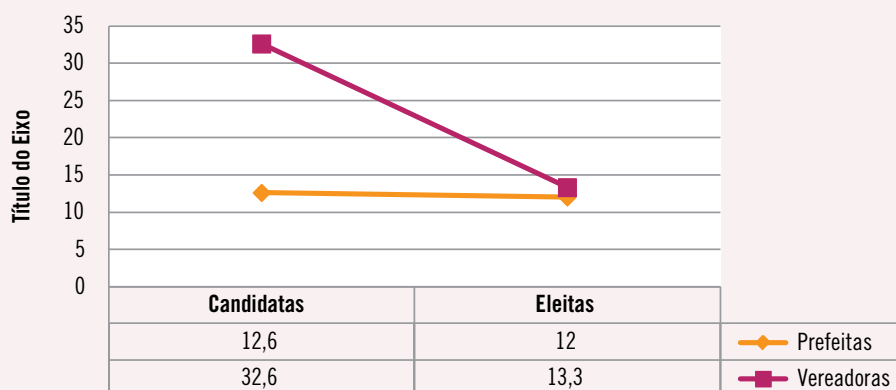
Infelizmente, as cotas não foram um estímulo aos partidos políticos para investir capital financeiro e político em candidaturas de mulheres. Como instituições conservadoras e machistas que são, preferiram convocar mulheres laranja para as candidaturas e continuar repetindo seus mantras.

Isso quer dizer que as cotas não servem para nada? Não! Quer dizer que, mais uma vez, os partidos políticos estão se negando a seguir as demandas da coletividade de mulheres, que foram traduzidas em legislação. Queremos estar mais presentes nos espaços de poder e decisão, e mais: queremos que estes espaços mudem!

A solução do problema é uma reforma política ampla, capaz de atingir e alterar os fatores de discriminação. Para tanto, o movimento feminista possui sua plataforma política e atua diretamente com articulações como a Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político e a Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular³.

Somente com a democratização do poder, para além de mudanças específicas, e com a transformação do sistema é que teremos uma vida política justa para mulheres, negr@s, indígenas, jovens, para a população LGBT e os demais grupos historicamente marginalizados. É necessário mudar o poder inteiro. Somente assim, quebraremos o poder dos mantras entoados pelos partidos políticos e pelos donos do poder.

Mulheres candidatas e eleitas nas eleições de 2012: vereadoras x prefeitas (%)



3 Para conhecer algumas propostas inclusivas de reforma política, acesse nossa publicação “Agenda Feminista para a democratização do poder na reforma”, disponível em nosso sítio eletrônico. Para continuar por dentro das eleições municipais, acompanhe a área de atuação “Poder e Política” do CFEMEA.



Fotos da matéria: Alexandra Martins / Agência Câmara

Em ano de eleições municipais

Congresso Nacional não priorizou

os direitos das mulheres

Por Juliano Barbosa, Kauara Ferreira, Luana Natielle e Priscilla Brito

O ano de 2012 foi marcado pelo ritmo lento dos trabalhos legislativos, principalmente devido ao calendário das eleições municipais no segundo semestre. Em anos assim, a maioria d@s parlamentares voltam às bases para investir nas campanhas eleitorais (próprias ou de outr@s candidat@s), o que faz com que o Parlamento realize suas votações apenas nas chamadas semanas de “esforço concentrado”, que acontecem geralmente uma vez por mês.

O Cfemea acompanha mais de 300 proposições legislativas relacionadas aos direitos das mulheres no Congresso Nacional. De forma geral, o que se observou em 2012, até o presente momento, foi uma estagnação de temas caros à luta feminista, junto à preocupação com a possibilidade de retrocessos.

PEC do Trabalho Doméstico avança lentamente

Nesse cenário, podemos destacar a paralisia da PEC 478/2010, que trata da equiparação de todos os direitos trabalhistas às trabalhadoras domésticas. Apesar de já possuir

parecer pela aprovação da deputada Benedita da Silva (PT/RJ), desde junho, e da pressão realizada por parte da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad) e pelos movimentos feministas e de mulheres, a PEC só foi votada em novembro na comissão especial e no primeiro turno do Plenário da Câmara. Agora ela ainda precisa ser votada em segundo turno e passar pelo Senado Federal, caso aprovada.

Tamanha demora denuncia que a garantia de direitos das trabalhadoras domésticas vem historicamente enfrentando grandes resistências no Congresso Nacional. Além disso, explicita as marcas do machismo e patriarcalismo brasileiro, que impõe ao corpo feminino o papel de “cuidado” do espaço doméstico, sem que isto represente uma atividade remunerada e com direitos trabalhistas. Por isso, é urgente que o Congresso Nacional reconheça que a precariedade e a vulnerabilidade social do trabalho doméstico são heranças diretas do sistema escravocrata e legados da mentalidade colonial, que ainda demonstram forte influência no pensar e no agir cotidianos e do Estado, ente que deveria garantir a equidade para tod@s.

Feministas derrubam MP 557

Podemos destacar como vitória para os movimentos feministas e de mulheres a tramitação da MP 557/2011, que não chegou a ser votada, pois ultrapassou o prazo para ser votada pelo Congresso, após ser encaminhada pelo Executivo.

A Medida Provisória instituiu o “Sistema Nacional de Cadastro, Vigilância e Acompanhamento da Gestante e Puerpera” e ameaçava a autonomia e a privacidade que todas as mulheres devem ter em relação à sua vida reprodutiva, afrontando importantes conquistas no campo dos direitos sexuais e reprodutivos.

Estatuto do Nascituro: uma grande ameaça de retrocesso

Ainda no tema dos direitos sexuais e reprodutivos, há o risco de votação e aprovação do PL 478/2007, que institui o Estatuto do Nascituro e tramita atualmente na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. A proposta prevê um pacote de retrocessos, dentre os quais se destaca a

chamada “bolsa-estupro”: o pagamento de um salário-mínimo para que as mulheres vítimas de um estupro não exerçam o direito de interromper a gravidez. O PL foi aprovado na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara, mas não sofreu nenhuma tramitação durante 2012.

Por fim, enfrentamos também a possibilidade de criação de uma nova CPI do aborto na Câmara dos Deputados. A principal justificativa do requerimento de criação da CPI (que continua circulando para colher as 171 assinaturas exigidas) é discutir como o financiamento internacional para projetos de legalização do aborto afetam a soberania nacional.

Reforma do Código Penal

Outro tema em destaque é o PL 236/2012, que trata da reforma do Código Penal e atualmente tramita no Senado Federal. A proposta traz questões importantes para a vida das mulheres, com alguns avanços e muitos retrocessos.

Os principais avanços se referem à proposta de ampliação do direito ao aborto, descriminalizando-o em alguns casos. Atualmente, as únicas situações em que o Código Penal não pune o aborto são caso não haja outro meio de salvar a vida da gestante ou quando a gravidez é resultante de estupro.

Com o novo Código, as situações descriminalizadas passariam a ser: (1) quando houver risco à vida ou à saúde da gestante; (2) se a gravidez resulta de violação da dignidade sexual, ou do emprego não consentido de técnica de reprodução assistida; (3) se comprovada a anencefalia ou quando o feto padecer de graves e incuráveis anomalias que inviabilizem a vida extrauterina, em ambos os casos atestado por dois médicos; e (4) se por vontade da gestante, até a décima segunda semana da gestação, quando o médico ou psicólogo constatar que a mulher não apresenta condições psicológicas de arcar com a maternidade. Além disso, é prevista a inclusão da perspectiva da identidade de gênero na maioria dos tipos penais.

Por outro lado, o PLS 236/2012 apresenta muitos retrocessos no que refere à Lei Maria da Penha (LMP) e aos crimes contra “dignidade sexual”. Com relação à violência doméstica, o artigo mais prejudicado é o da lesão corporal, pois retoma a possibilidade de substituição de

pena por medidas alternativas, ao contrário do que diz a LMP. Já entre os crimes chamados “contra a dignidade sexual”, as questões que mais preocupam são: diminuição da idade de presunção para o crime de estupro, saindo de 14 para 12 anos de idade; a retirada do estupro mediante fraude e do estupro corretivo e a equiparação tácita de prostituição à exploração sexual.

CPMI da Violência

Um marco importante na luta pelos direitos das mulheres foi a criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público.

Entre as atividades da CPMI está a realização de audiências públicas por vários estados brasileiros e o diálogo com o consórcio de organizações que elaborou o texto base da Lei Maria da Penha. No dia 10/12/2012, a Comissão deve apresentar seu relatório final sobre a violência doméstica contras as mulheres no Brasil, com as observações acerca da implementação da Lei Maria da Penha e um posicionamento acerca dos Projetos de Lei que visam alterá-la.

Orçamento Mulher ameaçado

Na área de Orçamento, há uma dura batalha para garantir a transparência e a continuidade do controle social. A partir de 2013, parlamentares e sociedade poderão ficar dependentes do governo federal para saber as informações

orçamentárias e aquelas relativas à execução financeira das ações que implementam as políticas públicas. Apesar das muitas normas legais sobre participação social, transparência e acesso a informações e ainda tantos discursos e intenções democráticas, há dúvidas se conseguiremos dar continuidade ao Orçamento Mulher e a outros mecanismos de acompanhamento da execução orçamentária das políticas públicas.

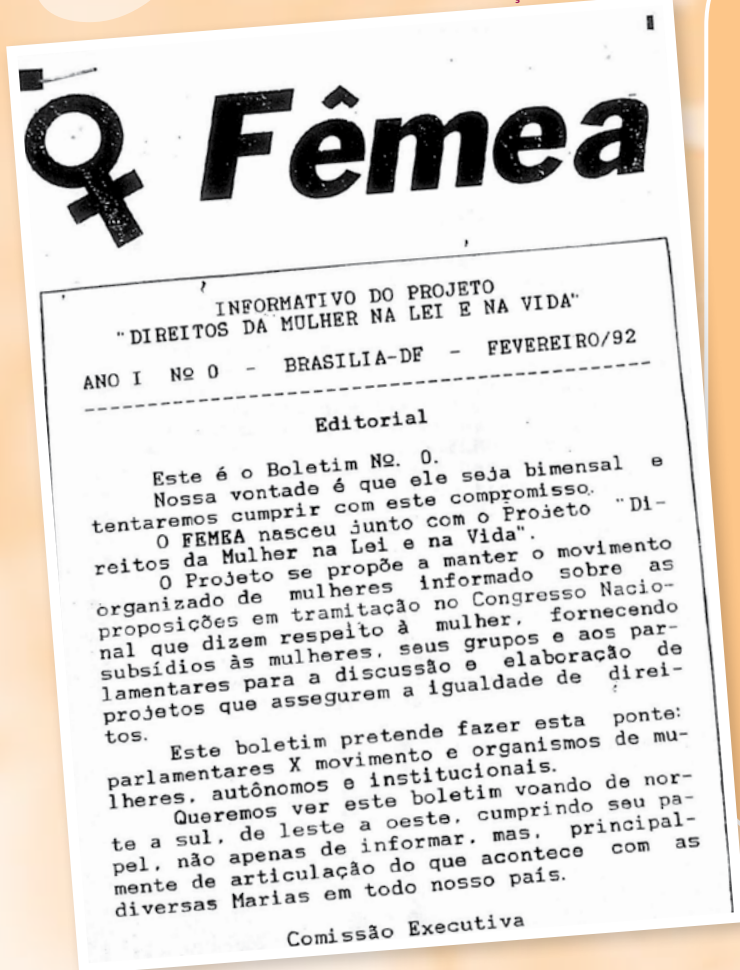
O Projeto da Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2013 enviado ao Congresso Nacional não traz a correspondência entre as leis que definem o Planejamento e o Orçamento da União, devido ao grau de agregação das ações orçamentárias. Se não forem derrubados os vetos à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2013 e não forem tomadas providências para a Lei Orçamentária Anual (LOA) 2013, o governo terá autorização do Congresso para informar apenas o que, quando, como e onde quiser.

Infelizmente, a ausência de priorização de temas relevantes à luta social é observada não apenas em “anos eleitorais”. De forma geral, o Parlamento brasileiro vem abandonando a luta pelo avanço de direitos democráticos, em especial das mulheres, populações negras e indígenas, entre outras minorias representadas. Isso só reforça a urgência de votação e aprovação de uma reforma política e eleitoral ampla e democrática, tal como a defendida por diversos setores dos movimentos sociais e concretizada na proposta de iniciativa popular, que está em plena campanha por assinaturas. Saiba mais no site: <http://www.reformapolitica.org.br/>.



DIREITOS DA MULHER NA LEI E NA VIDA

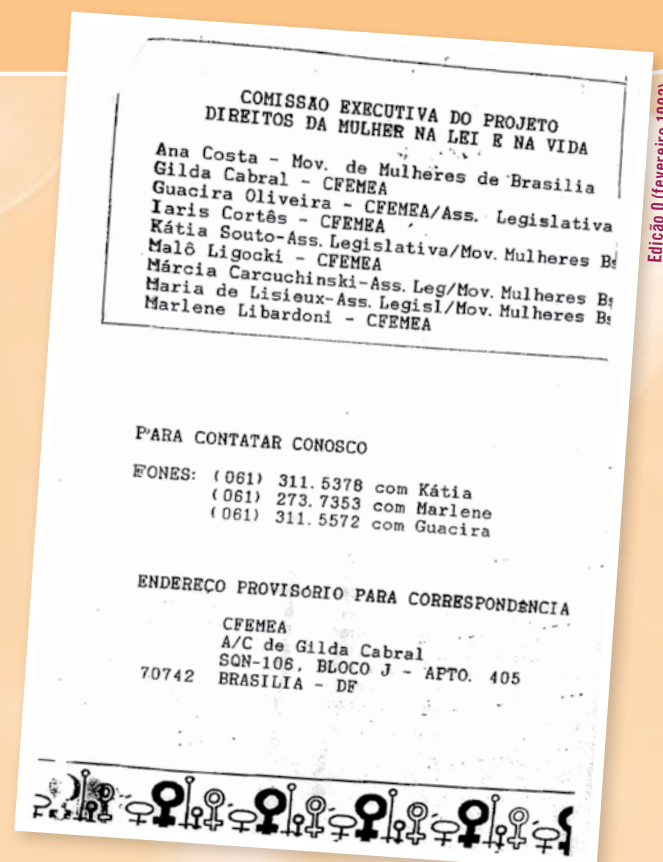
Edição 0 (fevereiro 1992)



Fevereiro de 1992: o Fêmea surge como “Informativo do Projeto Direitos da Mulher na Lei e na Vida”. O objetivo era “fazer a ponte entre parlamentares, movimento e organismos de mulheres, autônomos e institucionais”. Uma comunicação política, de mulheres para mulheres. E para quem mais tivesse interesse na luta por uma sociedade livre do patriarcado, do racismo e do capitalismo. As responsáveis eram Ana Costa, Gilda Cabral, Guacira Oliveira, Iaris Cortês, Katia Souto, Malô Ligocki, Márcia Carcuchinski, Maria de Lisieux e Marlene Libardoni, integrantes da comissão executiva do projeto.

Era um panfleto, de meia página. Em maio, chega a primeira edição no formato de Jornal. ECO 92, planejamento familiar, direitos da mulher no mercado de trabalho, creche, reforma do Código Penal e mortalidade materna: esses eram alguns dos principais temas em questão. A seguir você confere alguns dos momentos importantes da história dessa publicação que há décadas mantém as mulheres informadas sobre seus direitos e a luta para conquistá-los.

*O objetivo era
“fazer a ponte entre
parlamentares,
movimento e organismos
de mulheres, autônomos
e institucionais”*



Edição 0 (fevereiro 1992)

REFORMA DO CÓDIGO PENAL

Luta pelo fim de expressões como "mulher virgem" e "mulher honesta" no Código Penal

Maio 1992
Abril 2000

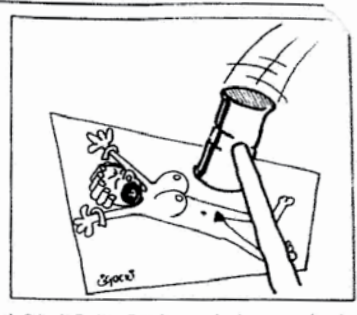
Há anos, a reforma do Código Penal é uma das maiores preocupações do movimento feminista. Na primeira edição do **Fêmea**, o tema já ocupava as páginas do jornal. Na época, um dos principais pontos era a ampliação do conceito de estupro, de forma a incluir também penetração oral e anal.

Em 2000, o debate era sobre a ameaça de engavetamento do projeto em elaboração desde 1998. As principais expectativas giravam em torno de possíveis avanços como a ampliação da legalização do aborto em caso de anomalia fetal e risco à saúde da mãe; a retirada de termos como "mulher virgem" e "mulher honesta" e a criminalização do assédio sexual.

Hoje, um novo projeto de reforma está em discussão: trata-se do PL 236/2012. Nessa edição você lê mais sobre os possíveis avanços e algumas ameaças de retrocesso em jogo.

Fêmea-Maio/92

DIREITO PENAL Propostas para modificação do Código Penal



Com o objetivo de subsidiar os movimentos de mulheres para a esperada reforma dos Códigos Civil e Penal, um grupo de especialistas na área de Direito fez uma análise preliminar dos projetos de lei apresentados no Legislativo Federal, propondo a alteração ou regulamentação de alguns itens dos Códigos, uma vez que esta reforma incidirá fortemente sobre estes projetos.

Entre os 33 projetos de lei relacionados à violência contra a mulher e às propostas de modificação do Código Penal, cinco tratam de estupro. Entre eles se encontram na ordem do dia da Câmara o 1.999/91, da deputada Socorro Gomes (PC do B-PA), que propõe a revogação dos artigos 214 e 217 e 219 a 222 do Decreto-Lei 2.848/40. Este projeto de lei dá nova conceitualização ao estupro, ampliando-o para os casos de coito anal e oral. No Código Penal vigente este crime é atribuído apenas aos casos de coito vaginal.

Esta proposição é a que melhor reúne condições de ampliar significativamente a legislação atual. Ainda assim, limita-se a modificar de forma estrita o entendimento sobre o tema, sem interferir no problema enquanto crime contra a pessoa. Necessária ser emendado no sentido de estabelecer a noção de abuso sexual, para tipificar a violência mesmo que não tenha havido coito, como nos casos de sedução e corrupção de menores.

Este projeto de lei se encontra com o relator, deputado Paulo Marinho (Bloco-MA). Ele preparou um substitutivo, ao 1.999/91, em que reafirma os dispositivos do Código Penal vigente. A discussão e votação do parecer foi adiada para o dia 21 de junho. A equipe do Projeto DIREITOS DA MULHER NA LEI E NA VIDA, juntamente com a deputada Socorro Gomes, está tentando uma reunião com o relator para que ele reveja o substitutivo. É importante que as mulheres se manifestem enviando correspondência para o deputado Paulo Marinho, pedindo a ele uma proposição que atenda às nossas reivindicações.

Existem, ainda, uma série de iniciativas de lei propondo o agravamento de penas para os mais diversos crimes, marcadamente estupro. Entre eles, o 1.211/91, do deputado Chico Vigilante (PT-DF), o 4.392/89, do deputado Victor Faccioni (PDS-RS) e o

1.187/91, do deputado Orlando Pacheco (Bloco-SC).
Sobre a penalização à discriminação contra a mulher no mercado de trabalho, existem três projetos de lei, todos apresentados ao 1.187/88, da deputada Benedita da Silva (PT-RJ), que define como crime qualquer prática discriminatória à mulher. É o projeto de lei que melhor apresenta a questão, cabendo a inclusão de inciso penalizando a utilização de critérios étnicos, raciais ou religiosos.

Encontram-se em tramitação, também, quatro projetos de lei que regulamentam, nos termos da Constituição, o direito da presidiária de amamentar seus filhos. Os 205/91 e 290/91, dos senadores Francisco Rollemberg (PFL-SE) e Lourenberg Nunes Rocha (PTB-MT), que se encontram na Comissão de Constituição e Justiça do

Senado aguardando parecer do relator. As outras duas proposições tramitam na Câmara. Estes projetos não diferenciam significativamente e qualquer um deles, sendo aprovado, atuará no sentido de regulamentar o direito constitucional e compatibilizar o Código Penal com o preceito constitucional.

Os projetos de lei agravando as penas em crimes cometidos contra gestantes são insuficientes e discriminatórios em suas intenções, revelando uma ideologia que entende a gestante como incapaz. Tais iniciativas merecem discussão e posicionamento imediato dos movimentos de mulheres. Antes, porém, a equipe do Projeto DIREITOS DA MULHER NA LEI E NA VIDA pretende se reunir com os autores das proposições e sugerir as alterações dos textos.

DIREITO CIVIL A igualdade de direitos

Em relação ao direito civil, as integrantes do Comitê de Especialistas do Projeto DIREITOS DA MULHER NA LEI E NA VIDA analisaram os documentos desta área e optaram pelo projeto de lei do Executivo Federal, por incluir propostas mais amplas, além de estabelecer o princípio da isonomia. Na avaliação do grupo, o projeto de lei 4.782/90 atende as modificações necessárias no campo da igualdade de direitos entre homens e mulheres.

No mês de maio foi aprovado na Comissão de Seguridade Social e Família um projeto bastante interessante sobre união estável. Trata-se do 1.888/91, da deputada Beth Azize (PDT-AM), que regulamenta o parágrafo 3º do artigo 226

da Constituição Federal. Considera-se união estável o convívio público e contínuo entre homem e mulher por período superior a 2 anos ou a 1 ano se houver filho comum.

Outro projeto de lei que vale destacar foi apresentado pelo deputado Augusto Carvalho (PPS-DF), que trata da vocação hereditária. O documento, na forma original, reconhece como herdeiro o(a) companheiro(a) após 5 anos de união estável. A deputada Maria Luiza Fontenele (PSB-CE) apresentou emenda, elaborada com o assessoramento da equipe do Projeto DIREITOS DA MULHER NA LEI E NA VIDA, reduzindo o tempo da união estável para 2 anos.

Edição 1 (maio 1992)

Journal **Fêmea** Ano VIII Nº 87 Brasília/DF Abril/2000

CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria

Reforma do Código Penal está parada

O Projeto ainda não foi para o Congresso

A criação de Comissões para rever o Código Penal, em vigor desde 1940, é uma praxe do governo brasileiro. O problema é que, quase sempre, o trabalho não é levado adiante. Há um ano a Comissão encarregada de rever o anteprojeto de parte especial do Código Penal chegou ao relatório final ao Ministério da Justiça. Muitas propostas de interesse das mulheres foram contempladas. O texto deveria seguir para o Congresso Nacional, mas está parado naquele Ministério. O posicionamento de mulheres quer saber qual o destino que vai ser dado a esse trabalho. O executivo vai "engavetar" mais um anteprojeto (págs 6 e 7)

Crise no CNDM

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) está se esforçando para garantir recursos e estrutura ao órgão, condições com suas atribuições. A expectativa agora é saber qual o posicionamento do novo Ministro da Justiça, José Gregório sobre o assunto. O movimento de mulheres defende um comprometimento preciso da crise e a solução do problema antes de Beirng+5.

CFEMEA ORGANIZA SEMINÁRIO NACIONAL "MULHERES NA POLÍTICA MULHERES NO PODER" E ABRE INSCRIÇÕES PARA AS/OS INTERESSADAS/OS EM PARTICIPAR DO EVENTO

BRASILIA E RIO GRANDE DO SUL DISCUTEM A AIDS ENTRE AS MULHERES E DEFENDEM POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE PARA ISSA ÁREA

CONVENÇÃO DA OIT É TEMA DE DEBATE NO MÊS DA MULHER. O MOVIMENTO DE MULHERES QUESTIONA A REVISÃO DA CONVENÇÃO 103

Página 3

Página 8 e 9

Página 10

Edição 87 (abril 2000)

“UMA MULHER NO SUPREMO”

“A nova ministra concedeu entrevista ao Fêmea antes da posse e falou da importância do Movimento Feminista na condução dos processos de ascensão das mulheres a cargos de poder”



Edição 95 (dezembro 2000)



Edição 89 (junho 2000)

Dezembro 2000

Em Junho de 2000, a edição 89 do **Jornal Fêmea** anunciava a campanha “Uma Mulher no Supremo”. O objetivo era conquistar a indicação de uma mulher para ocupar o posto de ministra do Supremo Tribunal Federal (STF). A vitória seria alcançada em dezembro, como apresentado pela edição 95, em entrevista exclusiva com a nova ministra Ellen Gracie. Entre os temas destacados por Ellen, estavam o enfrentamento da violência doméstica, o aborto e a participação política das mulheres. Desde Ellen Gracie, duas outras mulheres chegaram ao STF: as atuais ministras Cármen Lúcia (indicada em 2006) e Rosa Weber (indicada em 2011).

jornal

FÊMEA DE CARA NOVA

Março 2008 - Edição 155 - 20 anos de luta

A edição 155, de 2008, chegou com um colorido e um design completamente novos, pela primeira vez em 16 anos. A nova diagramação daria a cara do **Jornal Fêmea** até hoje. O jornal comemorava 20 anos da Constituição Brasileira de 1988, impulsora da fundação do próprio Cfemea, que comemoraria seus 20 anos de fundação, em julho de 2009.

A equipe do Cfemea já se preparava para acompanhar de perto as eleições municipais para prefeituras e câmaras de vereador@s. Outro debate que estava a todo o vapor – assim como hoje em dia – era a relação entre Política e Religião, com destaque para a defesa da autonomia da mulher.

Na entrevista de Dulce Xavier, na época integrante da ONG Católicas Pelo Direito de Decidir, um dos temas discutidos era a “Campanha da Fraternidade”, que se manifestava contra o uso de camisinhas, mesmo com os elevados índices de contaminação por doenças sexualmente transmissíveis. Hoje, o fundamentalismo se mostra sob diferentes formas, desde o projeto de um Estatuto do Nascituro até a ameaça de uma CPI do Aborto que busca criminalizar organizações que atuam em defesa da legalização da interrupção da gravidez voluntária. Como diz Dulce, “impedir o acesso aos meios contraceptivos e ao aborto, para os grupos religiosos fundamentalistas, é a maneira de “defender” a família e a “moral” cristã. O controle sobre os corpos e a sexualidade, especialmente das mulheres, é um exercício do poder sobre as pessoas. Quem controla o corpo e a sexualidade pode, com mais facilidade, controlar outros aspectos da vida”.

“Quem controla o corpo e a sexualidade pode, com mais facilidade, controlar outros aspectos da vida”



Edição 155 (maio 2008)

jornal

ABORTO NA CAPA!

Outubro 1997
Dezembro 2008
Outubro 2010

A luta pela legalização do aborto está estampada em boa parte das capas do **Jornal Fêmea**. A edição 57, de outubro de 1997, trazia na capa o êxito de uma campanha pela regulamentação do aborto legal, que havia colhido mais de 20 mil assinaturas no Brasil. Cem edições depois, em outubro de 2008, o Fêmea traz uma entrevista sobre a conquista histórica do México, primeiro país latino-americano a aprovar a legalização do aborto, em 2007, na Cidade do México.

Se por um lado as mulheres tinham um bom motivo para comemorar em 2008, por outro, a edição levantou várias preocupações sobre a ilegalidade do aborto no Brasil, com o dossiê “Realidade do Aborto Inseguro em Pernambuco: O Impacto da Ilegalidade do Abortamento na Saúde das Mulheres e nos Serviços de Saúde de Recife e Petrolina”. O principal alerta levantado pelo dossiê era acerca da discriminação sofrida por mulheres que procuram os serviços de saúde em situação de abortamento, inclusive nos casos previstos pela legislação.

Em 2010, o tema volta à capa do jornal, na edição 167, pelo debate levantado nas eleições presidenciais. O aborto tinha se tornado um ponto central para a opinião pública. Nada de debate sobre saúde pública e autonomia das mulheres: todo mundo apelou para o fundamentalismo na corrida eleitoral. Como disse Jacira Melo, do Instituto Patrícia Galvão, à edição: “nas eleições de 2010 convivemos com dois problemas significativos: a ausência de conexão das escassas propostas de políticas para as mulheres a um programa de governo para o Brasil do século 21 e, conseqüentemente, a não diferenciação entre as propostas apresentadas pelas candidaturas de Dilma Rousseff, José Serra e Marina Silva.”



Edição 57 (outubro 1997)



Edição 157 (novembro 2008)



Edição 167 (dezembro 2010)

DIGNIDADE NO TRABALHO DOMÉSTICO

Junho 1996
Agosto 2008
Dezembro 2009
Junho 2011



Edição 41 (junho 1996)

“A negação de direitos, a exclusão social e as múltiplas formas de discriminação a que estão submetidas grande parte das mulheres que estão no emprego doméstico permanece sendo uma das agendas mais radicais para o enfrentamento do machismo e do racismo na nossa sociedade”, assim começa o editorial da edição 156 do **Jornal Fêmea**, de 2008. A reportagem de capa trouxe um relato da audiência pública sobre o Dia das Trabalhadoras Domésticas (27 de abril), com representantes da FENATRAD. As estatísticas de 2009 são relevantes: 93,2% d@s trabalhador@s doméstic@s eram mulheres, era a maior categoria de trabalhadoras negras no Brasil e representavam 12,7% do PIB Brasileiro.

Já a reportagem de dezembro de 2009, na edição 162, traça um panorama de duas décadas de lutas para equiparar os direitos dessa categoria aos d@s demais trabalhador@s. O tema volta às páginas do jornal em 2011, com lançamento do estudo “Realidade do Trabalho Doméstico Brasileiro: uma abordagem a partir das falas e vivências das trabalhadoras de regiões metropolitanas”, conduzido pelo Cfemea, em parceria com UnB, UFBA, IPEA, OIT e ONU Mulheres.

A luta é realmente histórica. Em 1996, a edição 41 anunciava a aprovação de emendas ao PLC 41/91, propostas pela senadora Benedita da Silva (PT – RJ) que garantiam a@s trabalhador@s doméstic@s o direito ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), seguro-desemprego e vale transporte. Faltava apenas passar pelo plenário do Senado! Hoje, mais de 15 anos depois, FGTS e seguro-desemprego ainda não se tornaram uma realidade. Nessa edição é possível acompanhar mais dos rumos atuais desse processo, com a tramitação da PEC 478/2010, que equipara os direitos de trabalhador@s doméstic@s às demais categorias trabalhistas.



Edição 156 (agosto 2008)



Edição 162 (dezembro 2009)



Edição 169 (junho 2011)

Por mais solidariedade entre as mulheres!

Quase 60 anos de vida, com mais de 40 de luta social: assim é Domingas de Paula Martins Caldas. Nessa entrevista, conhecemos a história da paraense, educadora popular, que desafia diariamente a lógica machista e capitalista da política partidária. Nos sonhos para o futuro, ela deseja: mais solidariedade entre as mulheres!

Por Mel Bleil Gallo

Fêmea: Em 2012, completamos 80 anos da conquista do voto feminino. Como você avalia esse período?

Domingas: Nós demos um avanço muito grande no que diz respeito às mulheres estarem encarando esse processo, que não é muito fácil. O voto feminino foi conquistado numa luta contra tudo e contra todos. Mas precisamos avançar mais ainda. Esse ano, tivemos um bom número de vereadoras eleitas, mas no estado do Pará, de 143 municípios, só dois elegeram prefeitas. É uma batalha pra mostrar que o voto feminino é tão importante quanto os demais. Nós construímos essa sociedade, parimos, trabalhamos no mercado formal e no informal, estamos em todos os espaços. Mas precisamos de valorização.

Fêmea: Como você entrou na política?

Domingas: Eu sou a última de uma família de 12 irmãos e, desde cedo, enveredei por esse caminho da luta social. Depois, pela violência doméstica, canalizei mais pra luta das mulheres. Da política social, eu participo desde os 17 anos. Lutava pela água, pela luz, pela saúde, pela moradia e especialmente pela educação. Eu morava no Jurunas, em Belém, e a educação pública era muito precária. Além disso, sofri muito a questão da violência doméstica. Depois de um tempo resolvi casar, achei que fosse melhorar, mas foi pior. Passei a sofrer a consequência da violência doméstica e sexual de um marido ciumento, que queria mandar nas mulheres. Mas eu não era de abaixar a cabeça. Quando morava no interior, era minha mãe que mandava em casa e eu não aceitei aquilo.

Fêmea: E na política partidária, quando você entrou?

Domingas: Eu entrei no Partido dos Trabalhadores (PT) faz uns 15 anos. Foi quando cheguei à conclusão de que, se a gente não se envolver também na política partidária, a gente fica de fora das grandes decisões sobre a nossa vida. É lá que os políticos decidem os rumos de tudo. Então comecei a participar das plenárias, das reuniões e até que fui pra coordenação do partido. Hoje eu sou a presidenta do meu distrito e sou secretária de mulheres do PT no Pará.

“Às vezes as coisas são de um jeito que a gente não cabe”

Fêmea: Como é estar no partido?

Domingas: Acho que precisamos estar na política partidária para viver a gestão e tentar fazer o melhor para todos. Pega o exemplo da Dilma: sem essas coalizões, seria muito melhor. Se a gente olha de frente, nós temos o poder? Não temos. Há um problema de transparência e de ter que usar subterfúgios contra sua ética. Por isso não me candidato mais. Não tem como se candidatar, sem fazer esse jogo. Quem compra voto se elege. Quem faz uma

campanha bonita, com adesão popular, não! Por que? Porque nossa sociedade começou a fazer da política um comércio. E aí, quem não consegue trabalhar assim, sofre. Mas a gente tem que lutar pra acabar com isso.

Eu já fui gestora no município e mesmo sem dinheiro fazia uma boa gestão. Basta ter vontade política e entender que a coisa pública não é tua, que você apenas conduz o que o povo define. É difícil saber lidar com todo mundo, com pluralidade, sem excluir ninguém. Tem que saber fazer isso.

Fêmea: Como funciona esse comércio da política?

Domingas: A compra do voto sempre teve. Antes era com aterro, asfalto, dentadura. Como a gente acabou com a política nesse sentido, agora inventaram uma nova forma que continua a mesma coisa, com outra roupagem. Hoje, o povo dá dinheiro em troca do voto e as pessoas votam. A política se tornou tão banal.

Nas eleições, o partido acaba se prostituindo. Hoje o que garante uma eleição é ter dinheiro, não apenas o capital social, a honestidade, a transparência. Isso não é o que pesa. Eu sou uma pessoa de família muito pobre, obviamente não tenho dinheiro, luto muito pra sobreviver. Além disso, apesar do discurso progressista de alguns partidos, o poder dos homens e das tendências partidárias sobre as mulheres é muito forte.

E se por um lado a educação tá avançando, a televisão, em vez de educar, ensina as pessoas a obedecerem ao sistema. É obvio que com a luta é que a gente consegue algumas

mudanças democráticas. Mas tudo avança muito devagar, porque quem tem o poder da eleição, tem o poder da televisão, da polícia, do tráfico, tem o poder de tudo.

Fêmea: O que fez você se candidatar?

Domingas: Eu me candidatei duas vezes, em 2004 e em 2012. Desde 1994 o pessoal começou a me incentivar, mas eu não me sentia segura. Só em 2004 é que decidi participar. Mas foi muito difícil: conseguimos um bom número de votos, mas realmente nos partidos as coisas são feitas para homens. Daí, nessas eleições eu não estava disposta, mas fiz o curso de formação do Cfemea e da AMB e depois comecei a trabalhar com assessoria parlamentar. Com o incentivo do debate sobre o empoderamento das mulheres e da necessidade de estarmos na política, consegui terminar minha faculdade de Pedagogia em 2008 e, em 2012, fui candidata novamente.

Foi uma campanha muito bonita, muito legal, mas o resultado foi desastroso. Eu sempre apresentava a minha candidatura como uma candidatura de uma mulher feminista. Mas não via as feministas aderindo e construindo um projeto feminista.

Fêmea: Quais os principais desafios para uma mulher na política?

Domingas: Nós precisamos estudar mais, nos aprofundar e definir o que é feminismo para nós. Uma coisa é discutir isso no movimento social. Outra coisa é quando você traz isso para esse outro âmbito da política, o partido, onde a disputa entre as mulheres é ainda maior. Às vezes ela se torna desleal e desrespeitosa, por falta de solidariedade feminina.

A valorização e o reconhecimento da mulher ainda estão muito longe, apesar de termos uma presidenta. O patriarcado ainda está muito arraigado. Eu acho que muitos homens fazem o discurso em defesa das mulheres mais para se protegerem e não serem detonados pelas lideranças políticas depois. Para garantir a paridade, por exemplo, nós tivemos que tirar vários homens e deu o maior problema. Vieram cobrar das mulheres e eu disse “olha, isso não tem que ser cobrado da gente, a responsabilidade é dos homens também. Tem que abrir espaço,

Domingas Martins

“Nossa sociedade começou a fazer da política um comércio”

que sempre foi negado. A paridade deveria ser natural, mas tu sabes que isso ainda é muito difícil. Tem lugar que não tem mulher, porque a mulher não se dispõe, porque ela acha que não tem competência, que só os homens é que têm que estar na política”.

Fêmea: Qual a importância da mulher na política?

Domingas: Se nós contribuimos com tudo, nós precisamos estar lá para dizer de que forma nós queremos que a sociedade seja, os rumos que as coisas têm que seguir, para a gente poder caber lá dentro. Porque às vezes as coisas são de um jeito que a gente não cabe. Sabe quando tem uma roupa que você veste e sente que não ficou legal? Às vezes é assim que a gente se sente na sociedade. Imagina uma sociedade onde a gente é maioria, mas somos totalmente desvalorizadas? Tem alguma coisa errada. Nos anos que tenho nessa vida doida, eu só consegui perceber essa discriminação, quando comecei a participar das formações da AMB. Foi quando eu vi que se a gente se juntasse, a gente poderia transformar isso. Percebi que se a gente vê que tá errado tem que ir pra dentro, pra tentar mudar.

Fêmea: Existe uma solidariedade feminina na política, para além dos grupos políticos?

Domingas: Não existe. Essa linguagem da solidariedade feminina fica muito no discurso, mas na prática é totalmente diferente. E eu não digo isso rancorosamente, digo

politicamente. As pessoas acabam não assumindo esse papel, essa luta por direitos iguais, no dia a dia. No final, acaba que tu não contas nem com o apoio das mulheres.

Fêmea: Que pautas uma candidata mulher deve levantar?

Domingas: Tem que ter o compromisso de romper com as barreiras dos patriarcados. Eu acho que, além de todas as questões mais gerais, a mulher tem que lutar por mais mulheres nos espaços de poder, com um empoderamento real. Aqui no Pará a maioria das mulheres é chefe de família e só com muita luta a gente conseguiu prioridade no programa “Minha casa, minha vida”. Precisamos das plenárias e dos movimentos, com a articulação das mulheres, para poder passar.

Fêmea: O que você aconselha a mulheres que estão entrando agora na política.

Domingas: Nós temos que entrar na política e fazer bem feito. Nós temos que mostrar que nós somos capazes de fazer a coisa certa, corretamente. Demonstrar que nós queremos uma sociedade igual, com transparência, democracia. Onde quer que seja, como secretária, vereadora, movimento social. Nós precisamos nos valorizar e dar espaço para outras mulheres. Senão, não tem sentido! Se não for pra ver isso, pra que estamos lutando? Nós precisamos ser mais humanas, entre nós mesmas. O mundo já é muito cruel com a gente, se nós formos também, fica cruel demais. Temos que nos respeitar, nos amar como mulheres. Ser solidária de fato. Assim a gente consegue avançar.

Arquivo pessoal





Esses jovens de hoje que só querem saber de facebook e internet

Helena Basilio Vieira

Sou Helena Basilio Vieira, 17 anos e estudante do Colégio Pedro II, um colégio público tradicional no Rio de Janeiro. Acho muito importante citá-lo, pois a ele devo praticamente toda a minha formação política. Foi o espaço onde entrei em contato com os movimentos sociais e com outros estudantes que têm interesse pelo debate sobre a sociedade em que vivemos, além de grêmios, greves e aulas de ciências sociais e filosofia.

A experiência do primeiro voto pra mim foi muito excitante, o que é meio paradoxal pois eu penso que o estado das coisas não será mudado por meio do atual sistema de democracia representativa. Lembro das eleições da Dilma onde muitos, inclusive eu, se orgulharam de apoiá-la por conta de seu histórico na ditadura militar. Mas não me sinto representada quando ela corta R\$ 3 bilhões da educação, sanciona parte do código florestal, quando não a ouço dizer uma palavra sobre a situação dos Guarani Kaiowás. Há uma clara crise de representatividade.

Voltando às eleições de 2012: pude votar com muito orgulho e esperança. Votei em Marcelo Freixo, do PSOL. O conheci na minha escola, quando ele foi dar uma palestra. Me encantei com seu discurso. Depois, pude ouvi-lo ao vivo muitas vezes em eventos ligados a movimentos sociais, como a Cúpula dos Povos, assistir aos debates e ir a seu comício. O que me atraiu nele, principalmente, foi acreditar que pelo meio institucional não se fará a revolução, porém pode-se agir de modo a organizar a população e os trabalhadores. Este era o vetor de seu programa de governo: colocar o povo para fazer política, pois a política deve ser o lugar da população.

Por conta de nosso tão falho sistema “representativo”, a política vem tendo uma conotação muito negativa. Política é o instrumento que temos para mudar o mundo, para melhorá-lo. Política não é corrupção, não é aumentar o preço das passagens, não é permitir que ainda exista gente passando fome no mundo, pois nada disso melhora a nossa realidade. Os verdadeiros políticos são aqueles que militam em movimentos sociais, que ao sentar para jantar com a família discutem a sociedade e meios de melhorá-la, que um dia já pararam para se perguntar porque alguns têm tanto, outros tão pouco, e ainda aqueles

que mesmo nunca o tendo feito (com certeza por falta de oportunidade), anseiam por um mundo mais feliz e justo.

Também acredito que o meio político institucional reflete a sociedade machista em que vivemos: a maioria dos candidatos eram homens. Me intrigou a estratégia da única candidata mulher à prefeitura do Rio, a mesma utilizada pela Dilma. Seu discurso era o da maternidade e do cuidado: cuidaria da cidade como se tivesse cuidando de um filho, pois somente a uma mulher caberia esse papel, como fica implícito em seu discurso.

Parece que há uma restrição ao papel e à capacidade da mulher. Claro que uma condição biológica pode interferir na nossa personalidade, porém isto não pode de maneira alguma cercear a nossa liberdade. Nós criamos anticoncepcionais, temos relações sexuais com pessoas de mesmo sexo e inúmeras outras atitudes que comprovam certa independência humana de nossas funções biológicas. A maioria das pessoas tem consciência da desigualdade de gêneros, porém, como institucionalmente e legislativamente esta desigualdade reduziu bastante por conta de lutas anteriores, parece que as pessoas pensam que não há mais o que melhorar.

Muitas me questionam quanto ao porquê de se lutar pela igualdade de gêneros se temos uma presidenta mulher no Brasil. Isso reflete quão primitivo está o debate do feminismo no Brasil e quão grande é o desafio do movimento feminista. A igualdade institucional é importante, mas as questões do dia a dia são anteriores. Por que em programas de auditório, os dançarinos que servem como objeto de decoração são sempre mulheres? Por que é socialmente inaceitável a uma mulher pedir um homem em casamento? Ou a uma mulher ser feliz sem casamento? Por que se uma mulher está ao volante o perigo é constante? Há ainda aqueles que pensam que o objetivo de tal movimento é a supremacia das mulheres sobre os homens. A estas pessoas uma célebre frase: quando a mulher avança, nenhum homem retrocede.

Helena Basílio tem 17 anos, é estudante do Ensino Médio do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Contato: lenabasvieira@gmail.com.